

Dia 06.09.2022 (Sessão Ordinária) – Matéria em Pauta composta da Ata da Sessão Ordinária Itinerante do dia 22.06.22 que foi aprovada por unanimidade de votos; Projeto de Lei nº 055/2022 - Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Ananindeua, para o exercício financeiro de 2023, e dá outras providências, de origem do Poder Executivo, que foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças e Orçamento; Projeto de Lei nº 056/2022 - Dispõe sobre a Alteração da Lei nº 3.194 de 11 de novembro de 2021 – Plano Plurianual 2022-2025, e da Lei nº 3.189 de 05 de novembro de 2021 – Lei Orçamentária Anual – LOA 2022 do Município de Ananindeua, e dá outras providências, de origem do Poder Executivo, que foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Finanças e Orçamento; Comissão de Administração Pública e Comissão de Redação Final; Projeto de Lei nº 058/2022 - Dispõe sobre a Alteração da Lei Municipal nº 2.706, de 03 de outubro de 2014, que Institui o Estatuto dos Servidores da Guarda Civil Municipal de Ananindeua, e dá outras providências, de origem do Poder Executivo, que foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Finanças e Orçamento; Comissão de Administração Pública e Comissão de Redação Final; Projeto de Lei nº 059/2022 - Dispõe sobre a Criação do Auxílio Fardamento na Lei Municipal nº 2.706, de 03 de outubro de 2014, que Institui o Estatuto dos Servidores da Guarda Civil Municipal de Ananindeua, e dá outras providências, de origem do Poder Executivo, que foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Finanças e Orçamento; Comissão de Administração Pública e Comissão de Redação Final; Projeto de Lei nº 164/2021 – "Institui diretrizes para a inclusão da capacitação em noções de primeiros socorros para os funcionários das academias de ginástica e similares localizados no âmbito Municipal, e dá outras providências", de origem do Poder legislativo, que foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Finanças e Orçamento; Comissão de Saúde, Proteção Social e Trabalho. e Comissão de Redação Final; Projeto de Lei nº 165/2021 – "Cria o cadastro único de violência doméstica (CAVID) no âmbito Municipal, e dá outras providências", de origem do Poder legislativo, que foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça; Projeto de Lei nº 166/2021 – Reconhece como de Utilidade Pública para o Município de Ananindeua a Associação Beneficente Amor em Cristo, de origem do Poder legislativo, que foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Finanças e Orçamento; Comissão de Administração Pública e Comissão de Redação Final; Projeto de Lei nº 167/2021 – Dispõe sobre o Transporte gratuito de Escoteiros em Veículos Coletivos Municipal de passageiros no Município de Ananindeua, e dá outras providências, de origem do Poder legislativo, que foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça; Parecer nº 110/2021 da Comissão de Constituição e Justiça, que foi aprovado por unanimidade de votos – Assunto: Projeto de Lei nº 005/2021 – Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Meu Primeiro Enxoval no âmbito do Município de Ananindeua e dá outras providências, de origem do Poder legislativo, que foi encaminhado ao Poder Executivo, a título de sugestão; Parecer nº 111/2021 da Comissão de Constituição e Justiça, que foi aprovado por unanimidade de votos – Assunto: Projeto de Lei nº 031/2021 – Dispõe sobre o aproveitamento de energia solar e a implantação de painéis solares em todos os órgãos da rede pública, incluindo unidade de ensino e de saúde, no âmbito do município de Ananindeua e dá outras providências, de origem do Poder legislativo, que foi encaminhado ao Poder Executivo, a título de sugestão; Parecer nº 112/2021 da Comissão de Constituição

e Justiça, que foi aprovado por unanimidade de votos – Assunto: Projeto de Lei nº 074/2021 – Dispõe sobre a criação de procedimentos a serem adotadas pela Guarda Civil para formação de um profissional especializado para lidar com casos de estupro e pedofilia, de origem do Poder legislativo, que foi encaminhado ao Poder Executivo, a título de sugestão; Parecer nº 113/2022 da Comissão de Constituição e Justiça, que foi aprovado por unanimidade de votos – Assunto: Ante Projeto de Lei nº 003/2022 - Institui, no âmbito do Município de Ananindeua, a Inserção da disciplina “Noções de Educação para o Trânsito” na grade extracurricular de ensino, e dá outras providências, de origem do Poder legislativo, que foi encaminhado ao Poder Executivo, a título de sugestão; Parecer nº 114/2022 da Comissão de Constituição e Justiça, que foi aprovado por unanimidade de votos – Assunto: Projeto de Lei nº 005/2022, de 03 de fevereiro de 2022 – Dispõe sobre a construção e na implantação, funcionamento, administração de um novo cemitério municipal, no município de Ananindeua/Pa e dá suas providências cabíveis, de origem do Poder legislativo, que foi encaminhado ao Poder Executivo, a título de sugestão; Parecer nº 115/2022 da Comissão de Constituição e , que foi aprovado por unanimidade de votos – Assunto: Projeto de Lei nº 115/2022 – "Dispõe sobre a criação do "Certificado de Impacto Social", a ser concedido para iniciativas socialmente responsáveis do município, cria o programa de fomento destinado ao fortalecimento de associações, cooperativas e microempreendedores que desenvolvam atividades de impacto social, e dá outras providências”, de origem do Poder legislativo, que foi encaminhado ao Poder Executivo, a título de sugestão; Parecer nº 116/2022 da Comissão de Constituição e Justiça, que foi aprovado por unanimidade de votos – Assunto: Projeto de Lei nº 019/2022 – Cria o Programa de Saneamento Básico “Fossa Limpa” para executar serviços de limpeza de resíduos/dejetos de fossas de imóveis pertencentes a pessoas em vulnerabilidade socioeconômica no Município de Ananindeua e dá outras providências, de origem do Poder legislativo, que foi encaminhado ao Poder Executivo, a título de sugestão; Parecer nº 117/2022 da Comissão de Constituição e Justiça, que foi aprovado por unanimidade de votos – Assunto: Projeto de Lei nº 150/2022 - " Dispõe sobre a criação do Hospital Veterinário Municipal, no âmbito do Município de Ananindeua, e dá outras providências, de origem do Poder legislativo, que foi encaminhado ao Poder Executivo, a título de sugestão; Parecer nº 118/2022 da Comissão de Constituição e Justiça, que foi aprovado por maioria de votos – Assunto: Projeto de lei nº 163/2022 – Dispõe sobre a gratuidade no transporte público de Ananindeua aos profissionais do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística durante o censo do ano de 2022, de origem do Poder legislativo, em discussão, o vereador **Coronel Osmar** entende a preocupação do vereador Aurélio Rodrigues em garantir a gratuidade aos recenseadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isso é muito importante porque os recursos que Ananindeua receberá serão baseados no relatório do IBGE. Reconhece a importância que o referido instituto tem, mas não se pode esquecer que qualquer gratuidade que esta Casa garantir a quem quer que seja, alguém terá que pagar a conta. É crítico dos empresários, mas acha que é necessário ter equilíbrio. Se houver muitas gratuidades, é possível que a passagem de ônibus vá para seis reais, ou mexa na gratuidade do idoso, ou impacte a meia-passagem do estudante. Ônibus precisa de combustível para rodar, o salário do motorista precisa ser pago. A gratuidade não pode simplesmente ser na boa vontade, precisa-se ter responsabilidade nessa questão. Por isso, votou contra este projeto de lei; o vereador **Felix**

Jr disse que não existe nada grátis. Qualquer gratuidade impacta no trabalhador. Essa medida seria temporária, mas isso impactaria na passagem de ônibus. Isso não tem amparo legal porque não há lei temporária nesses casos. Os agentes do IBGE são lotados próximos às suas residências, então é preciso analisar com calma. Este projeto é bom para uma categoria, mas questionou quantas seriam atingidas por conta dele; o vereador **Bolinha** falou que a maior contribuição da sociedade com os agentes do IBGE é receber bem e garantir a segurança em seu trabalho. Lembrou que muitos estudantes não tem sequer dinheiro para pagar a meia passagem; o vereador **Aurélio Rodrigues** relatou que ouviu alguns clamores de recenseadores de que quando estes fizeram a prova, iriam realizar o trabalho próximo às suas casas, mas não é isso que tem acontecido. Alguns tem se deslocado para outros bairros. E recebem auxílios de passagem de cem reais trabalhado de domingo a domingo, recebem por produção cerca de vinte e nove centavos. Muitos deles têm desistido de fazer o censo e isso pode prejudicar o município de Ananindeua. O censo garante mais impostos porque aumenta o repasse federal. Pediu que todos pensem e votem a favor dessa classe; o vereador **Fabício Miranda** disse que esse projeto iria a título de sugestão ao Poder Executivo, mas é importante pensar nas gratuidades; a vereadora **Pastora Ray** justificou abstenção na votação deste projeto porque para essa gratuidade acontecer é preciso ter uma garantia de recurso mais seguro para depois não haver cobranças de uma política que não será possível de ser viabilizada e o vereador **Breno Mesquita** acredita que esse projeto deve ser enviado ao SEMUTRAN para que este possa fazer um estudo mais adequado. Não se pode votar no escuro – o projeto foi encaminhado ao Poder Executivo, a título de sugestão; Parecer nº 120/2022 da Comissão de Constituição e Justiça; Parecer nº 090/2022 da Comissão de Finanças e Orçamento; Parecer nº 058/2022 da Comissão de Administração Pública e Parecer nº 087/2022 da Comissão de Redação Final, que foram aprovados por unanimidade de votos – Assunto: Projeto de Lei nº 157/2022 – Altera a denominação da Unidade Básica de Saúde de Águas Brancas Para Unidade Básica de Saúde Neto Vicente, de origem do Poder legislativo, que foi aprovado por unanimidade de votos – em primeira votação; Parecer nº 121/2022 da Comissão de Constituição e Justiça; Parecer nº 091/2022 da Comissão de Finanças e Orçamento; Parecer nº 059/2022 da Comissão de Administração Pública e Parecer nº 088/2022 da Comissão de Redação Final, que foram aprovados por unanimidade de votos – Assunto: Projeto de lei nº 162/2022 – Declara de Utilidade Pública o Santuário Mariano Arquidiocesano, Basílica Santuário de Nossa Senhora de Nazaré do Desterro. Estado do Pará, de origem do Poder legislativo, que foi aprovado por unanimidade de votos – em primeira votação; Requerimentos nºs 794, e 975/2022 de autoria da vereadora Geise Fênix; Requerimentos nºs 931, 932, 933, 963, 970 e 971/2022 de autoria da vereadora Pastora Ray; Requerimentos nºs 935, 937 e 938/2022 de autoria da vereadora Francly Pereira; Requerimentos nºs 925, 934, 936, 976 e 977/2022 de autoria do vereador Coronel Osmar; Requerimentos nºs 939, 940 e 941/2022 de autoria do vereador Braga; Requerimentos nºs 946, 949 e 953/2022 de autoria da vereadora Nice Ruffeil; Requerimentos nºs 954, 955, 956 e 969/2022 de autoria do vereador Félix Júnior; Requerimentos nºs 957, 958, 959, 966, 967, 968, 982, 983, 984 e 985/2022 de autoria do vereador Aurélio Rodrigues – discutindo o requerimento nº 982/2022 o autor pede ao governador que faça uma usina da paz no lado sul do município de Ananindeua. Pediu que todos votem a favor para que isso possa

acontecer e a vereadora **Pastora Ray** parabenizou o vereador Aurélio Rodrigues pela iniciativa. Mas esboçou preocupação, pois na época que foram criados os projetos da usina da paz, estava como secretária de estado na Fundação Pará Paz, e o projeto de criação foi em parceria com a Vale, e o valor orçamentário para determinação do quantitativo de usinas seriam de sete unidades. Foi feito levantamento de quais seriam os bairros com maior índice de vulnerabilidade social. O recurso negociado em parceria com a Vale determinava esse quantitativo, por isso é preciso ter o cuidado de qual seria a disponibilidade orçamentária; Requerimentos nºs 961, 979 e 980/2022 de autoria do vereador Bolinha; Requerimentos nºs 972 e 974/2022 de autoria do vereador Fernando Gato, todos de origem do Poder Legislativo, que foram aprovados por unanimidade de votos; Requerimento nº 978/2022 de autoria do vereador Fabrício Miranda, em discussão, o vereador **Fabrício Miranda** disse que o requerimento trata da obra do Maguariaçu, área que foi abandonada por muitos anos e a gestão do prefeito Doutor Daniel junto ao deputado federal Joaquim Passarinho que intermediou esta obra e conseguiu destravar recurso. Desta forma, aos domingos será possível proporcionar aos moradores uma rua de lazer. Pediu que todos votem a favor. Relatou que o vereador Bolinha gravou um vídeo informando que o canal do Maguariaçu foi emenda do deputado Eliel Faustino. Não aceita política de desinformação e o vereador **Braga** pediu a retirada deste requerimento da pauta porque existe um projeto de lei seu o qual dá direito em todo o município “rua livre” para o lazer da população – o requerimento saiu de pauta para averiguação da matéria e Requerimentos nºs 851, 853 e 856/2022 de autoria do vereador Zezinho Lima; Requerimentos nºs 950, 951, 952, 964, 965 e 975/2022 de autoria do vereador Douglas Marcos; Requerimentos nºs 960 e 973/2022 de autoria do vereador Antônio da Moto, que ficaram para a próxima sessão, pois os autores não estavam presentes.